



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

ATA N.º 06/2019

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Convento dos Franciscanos, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Frederico Furtado de Sousa, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Edite Souto de Freitas Preto, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Pedro Alexandre Gomes Marques, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e André Carvalho Almeida.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos, nesta última sessão ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2019, no Convento dos Franciscanos, em Santa Cruz.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quarta sessão, de 30 de setembro de 2019.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação, os membros José Manuel Dias Pereira, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Francisco Ferreira de Magalhães e Paulo Ricardo Pereira de Melo, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 1 de outubro a 17 de dezembro de 2019, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Pedro Alexandre Gomes Marques, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e André Carvalho Almeida foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 17 de dezembro de 2019.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ PACHECO:

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu boa noite a todos e desejou umas Boas Festas e um Santo Natal a todos, na companhia das suas famílias e amigos. Disse que aproveitava a ocasião para apresentar um convite para o próximo dia 22 de dezembro, pelas 20:30 horas, na Igreja de São Roque, em Ponta Delgada, para um Grande Concerto de Natal que juntará a Filarmónica Lira de São Roque, o Grupo Acústico Filhos da Terra, da Ribeira Chã e o Grupo de Cantares Renascer, de São Roque.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o convite apresentado a todos os presentes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE PROTESTO:

O Deputado Municipal José Pacheco, em representação do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, apresentou e leu o voto de protesto que abaixo se transcreve:

"VOTO DE PROTESTO

A respeito de uma peça jornalística, na Antena 1 Açores, com o título "Agarrada a Deus entre Duas Prisões", publicada a 3 de dezembro de 2019, que teve como objetivo alertar a nossa sociedade para as contingências de uma cidadã portadora de deficiência, no Dia Internacional

da Pessoa com Deficiência (Anexo 1) deparamo-nos com um ato inédito e vergonhoso levado a efeito pela Câmara Municipal de Lagoa, na sua página do Facebook, no dia 4 de dezembro de 2019, conforme o Anexo 2.

Consideramos que a proteção de dados pessoais, a salvaguarda da vida e património pessoal é indiscutivelmente um direito que deverá ser garantido pela sociedade, tendo neste capítulo o estado a obrigação de ser o primeiro promotor destes direitos e garantias.

Assim lamentamos que usando o acesso a um processo confidencial, seja a figura do estado a expor de forma vergonhosa a vida e património de uma cidadã limitada fisicamente e debilitada pela responsabilidade doméstica que ainda lhe cabe, pelos cuidados que tem de prestar a uma idosa.

Posto isso, é inaceitável que a Câmara Municipal de Lagoa, utilizando a popularidade das redes sociais, tenha vindo, de forma gratuita e inadequada, prestar um suposto esclarecimento, posicionando-se como visada desta mesma reportagem, o que não é verdade, colocando-se assim na forma de agressor, sobre uma família que não tem nem os recursos nem a necessária independência para fazer frente a tal ato de agressão.

Nesta base é imperioso que esta entidade (Câmara da Lagoa) preste a esta família o devido pedido de desculpas públicas pelo lamentável e tresloucado suposto esclarecimento, minimizando os danos morais que causou, uma vez que os danos causados pela exposição pública da vivência, recursos e património desta família são irreparáveis.

ANEXOS

Anexo 1 – Link da Reportagem da Antena 1 citada:

https://www.rtp.pt/acores/sociedade/grande-reportagem-agarrada-a-deus-entre-duas-prisoas_63870?fbclid=IwAR19bytAFkI4uzewODNbpt-IYLBZnIVOsUC9QJ_o8qAa1ImAUzPcSLcgyM

Anexo 2 – Link da Nota de Esclarecimento da Câmara Municipal:

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1284362471767527&id=201265370077248&_tn_=-K-R.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e sobre esta situação, referiu que é uma posição legítima de tomar como é tão legítimo a sua posição de reagir. Esclareceu que a reação que a Câmara Municipal de Lagoa tomou não foi uma reação voluntária. Disse que, em sua opinião, um jornalismo sério, deveria recolher primeiro todas as informações, sobre o assunto. Se havia vontade de ouvir a reação da Câmara Municipal, o correto devia de ter sido ouvida primeiro, antes da divulgação da reportagem, pois foi contactada para reagir à reportagem à posteriori.

Expôs que no esclarecimento que a Câmara Municipal prestou, deveria ter constado um preâmbulo, a dizer que no dia em que a reportagem foi emitida, em plena reunião da

Intermunicipal da AMRAA, a jornalista pediu-lhe para reagir à reportagem. A jornalista questionou-lhe o que a Câmara Municipal tinha a dizer sobre aquela situação e por que razão as Entidades não estavam a fazer o trabalho que lhes competia. Disse que remeteu a reação para o dia seguinte, pois, naquele momento, estava a decorrer uma reunião da AMRAA e não tinha consigo a informação do Gabinete de Ação Social para reagir, tendo a jornalista questionado se iria contrariar a reportagem. A Senhora Presidente da Câmara disse que lhe respondeu que se a reportagem é como lhe contaram teria de contrariar. Relatou que no dia seguinte ligou para Antena 1 Açores a informar que já estava em condições de reagir, tendo a jornalista respondido que aguardava autorização superior. A verdade é que, se a jornalista a procurou, é porque tinha interesse em obter uma reação da Câmara Municipal, mas a partir do momento em que lhe disse que iria contrariar a reportagem, deixou de ser interessante ouvir a reação da Câmara Municipal de Lagoa.

Mais referiu a Senhora Presidente da Câmara que, como já disse, no esclarecimento deveria ter constado um preâmbulo a informar que foi contactada pela jornalista para reagir à reportagem e deveria ter dito “vários prédios” em vez de quantificá-los. Realçou que lhe foi pedido uma reação e que reagiu na ótica do que tem sido feito relativamente àquele processo e explicou o histórico do processo. A situação em causa tem sido acompanhada pelas Entidades Públicas, no entanto, é preciso lembrar duas coisas: nem toda a pessoa, mesmo deficiente, é necessariamente uma pessoa carenciada, pois a carência sócio-económica obedece a um conjunto de critérios. Um segundo aspeto é o de que o Estado não deve se sobrepor à família e neste processo há elementos que só podem ser tratados pela família.

Referiu, ainda, a Senhora Presidente da Câmara que na reportagem a Senhora não invocou que houve inércia por parte das Entidades Públicas, mas a jornalista cria a ideia de que as Entidades estão afastadas daquele problema, quando na realidade não é verdade e se assim não fosse não iria pedir reação à Câmara Municipal. Acrescentou, que não se revê no voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, e mantém a sua opinião sobre o esclarecimento que foi prestado pela Câmara Municipal de Lagoa.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu boa noite a todos e solicitou a palavra para prestar uma declaração de voto, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal remetido para depois da votação e colocou à votação o voto de protesto apresentado, perguntando quem vota contra.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, acusou que por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal houve indicação de voto, tendo proferido que “é para votar contra”.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, reagiu referindo que comentou que para votarem têm que levantar a mão.

O Deputado Municipal Eduíno Rego, no uso da palavra, deu boa noite a todos e referiu que qualquer pessoa que pertence a este Órgão Deliberativo é idónea para votar e saber qual a sua

posição de voto, conforme a sua consciência. Declarou que se abstém nesta votação, porque não tem conhecimento desta situação, não quer dizer que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não tem razão, mas como não conhece o outro lado do processo e por esse motivo não pode votar nem a favor, nem contra, por isso vai abster-se.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o voto de protesto apresentado, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, não aprovar o voto de protesto, com dezassete votos contra dos membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão, uma abstenção do membro do PS, Eduíno Rego, e cinco votos a favor dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado Frederico Sousa.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, no uso da palavra, esclareceu que não votou contra a visada na notícia, nem contra a própria notícia, mas votou contra o motivo pelo qual foi apresentado o voto de protesto. O voto de protesto invoca a questão da proteção de dados no âmbito da posição tomada por parte da Câmara Municipal de Lagoa em resposta. Em sua opinião, se os deputados do PSD pretendessem apresentar um voto de protesto relacionado com a proteção de dados, seria eventualmente em relação à reportagem em que se expõe a vida privada e alguns dados de uma cidadã, criando litude na resposta por parte de quem foi visado na reportagem, nomeadamente, a Câmara Municipal de Lagoa e os Departamentos Governamentais que têm responsabilidades e competências na matéria. Acrescentou, que a partir do momento em que uma pessoa expõe a sua situação e os seus dados numa reportagem jornalística fica sujeita a que os mesmos sejam públicos. Nestas situações é ainda normal e legítimo que haja contraditório e esclarecimento público pelas Entidades Públicas que são visadas, neste caso em apreço, pela Câmara Municipal de Lagoa.

A Deputada Municipal Mónica Domingues, no uso da palavra, deu boa noite a todos e expôs que concorda na íntegra com a exposição apresentada pelo Deputado Municipal Frederico Sousa.

A Deputada Municipal Edite Preto, no uso da palavra, deu boa noite a todos e expôs que igualmente subscreve a exposição apresentada pelo Deputado Municipal Frederico Sousa.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2020:

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano financeiro de 2020, a qual foi apresentada em reunião Camarária de 29 de outubro de 2019.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 13.923.350,00 € (treze milhões novecentos e vinte e três mil trezentos e cinquenta euros), sendo 10.275.112,00 € (dez milhões duzentos e setenta e cinco mil cento e doze euros) de receitas correntes e 3.648.238,00 € (três milhões seiscentos e quarenta e oito mil duzentos e trinta e oito euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 8.819.365,00 € (oito milhões oitocentos e dezanove mil trezentos e sessenta e cinco euros) de despesas correntes e 5.103.985,00 € (cinco milhões cento e três mil novecentos e oitenta e cinco euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 3.627.697,00 € (três milhões seiscentos e vinte e sete mil seiscentos e noventa e sete euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 595.000,00 € (quinhentos e noventa e cinco mil euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 4.222.697,00 € (quatro milhões duzentos e vinte e dois mil seiscentos e noventa e sete euros).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o valor total do orçamento, para 2020, é de 13.923.350,00 €, não há agravamento de taxas e impostos e continua a manter-se a redução do IMI para famílias com dependentes e a tarifa de água social para famílias numerosas. Há uma redução do serviço da dívida, na ordem dos 11% e há um crescimento da dotação nas áreas de educação e cultura, ação social e ambiente. Na empregabilidade há uma redução, por via do processo do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, que está a decorrer.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara Municipal que transitam para o próximo ano, os investimentos que estavam previstos realizar-se este ano, mas como não se obteve o visto do Tribunal de Contas dos empréstimos, não foi possível dar início aos mesmos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão, uma abstenção do membro do PSD, Ruben Cabral, e quatro votos contra dos membros do PSD, Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar o Orçamento para 2020, no montante de 13.923.350,00 € (treze milhões novecentos e vinte e três mil trezentos e cinquenta euros), bem como as Grandes Opções do

Plano para 2020, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu boa noite a todos e em representação do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, apresentou e leu a declaração de voto que abaixo se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O PLANO E ORÇAMENTO ANO DE 2020

Após a análise da documentação que suporta o Plano e Orçamento para 2020 do Município de Lagoa Açores, os deputados municipais eleitos pela lista PSD Lagoa, em consonância com a posição manifestada pelos vereadores eleitos pela lista PSD Lagoa em reunião de Câmara sobre este mesmo documento, consideram que este documento:

- não apresenta uma única ideia nova, limitando-se a apresentar as já tratadas e votadas em sede de Câmara e Assembleia Municipal;
- não traduz objetividade nas suas linhas, não indo assim ao encontro das necessidades das pessoas e empresas, logo é um orçamento de gestão corrente.

Consideramos relevantes referir algumas notas sobre áreas que consideramos importantes, nomeadamente:

ECONOMIA

O Concelho da Lagoa terá de crescer de forma objetiva e sustentada em número de habitantes, número de habitações e em tecido empresarial. Só com o aumento destes três se aumenta a receita muito necessária para fazer face ao enorme valor das despesas correntes.

Como já referido em anos anteriores, a falta de uma política de isenção derrama, continua a ser um elemento dissuasor do investimento na Lagoa, limitando desta forma a promoção do concelho, numa altura em que outros concelhos vêm aumentar a sua atividade empresarial.

COESÃO TERRITORIAL

À imagem de orçamentos anteriores, também este apresenta uma baixa coesão territorial levando à inexistência de respostas para determinadas situações, tais como o esquecimento da Ribeira Chã, freguesia apenas mencionada para informar da possível conclusão de um loteamento há mais de 10 anos anunciado.

Falta de coesão também no lugar dos Remédios, onde não existe programada qualquer iniciativa que melhore a vida daquela comunidade.

Falta de coesão para com o Cabouco, onde a prometida construção do pavilhão de apoio à escola, deixou o conjunto de investimentos a realizar no concelho.

EMPREGABILIDADE E CIDADANIA

A autarquia deverá continuar apoiar os programas de emprego ao abrigo CTTS, PROSA, RECUPERAR, FIOS, SEI, e Estagiar L e T., deste modo conseguir-se-á garantir a operacionalidade dos serviços municipais, garantido também o apoio a muitas famílias, por um

valor consideravelmente menor do que o custo dos assalariados do município, situação esta que contribui para um rácio de custos de despesas correntes mais equilibradas, relativamente a despesas de capital. No entanto, é recomendável estar atento à capacidade de absorção desta mão-de-obra por parte da economia real, com o objetivo desta absorver de forma permanente estes cidadãos, transmitindo-lhes a confiança e entusiasmo para projetarem o seu futuro.

Em reconhecimento pela capacidade de participação de toda a sociedade, recomenda-se que o agora Orçamento Participativo Jovem, abra a sua abrangência no sentido de proporcionar que toda a sociedade lagoense dê o seu contributo para encontrar as melhores soluções para o concelho, passando assim a ser apenas Orçamento Participativo, mas que permitira a participação de todos e não apenas de uma parte.

EDUCAÇÃO E CULTURA

É da maior importância que o município se torne um verdadeiro parceiro dos estabelecimentos de ensino locais, no objetivo de melhorar o nível e a prestação dos nossos alunos, situação esta que atualmente merece a melhor atenção, em causa está o futuro da nossa sociedade.

É também importante dinamizar e revitalizar atividades culturais do concelho, incrementando novas medidas capazes de criar mais entusiasmo nos agentes locais e nos participantes, entre os quais a reformulação dos concursos de Maios e Presépios.

TURISMO

Deverá ser reformulado o modelo de realização do Caloura Blues, uma vez que as realizações anteriores foram efetuadas num formato onde os custos desta realização eram unicamente suportados pelo orçamento municipal.

Deverá ser dada mais atenção às festas das Paróquias, sendo que estas são as maiores atrações turísticas do Concelho. Para tal recomenda-se que as mesmas sejam devidamente promovidas e apoiadas.

É também de grande relevância promover e dinamizar outras zonas balneares no concelho, alargando desta forma a capacidade que a nossa costa permite.

Assim, a título de conclusão consideramos que o Plano e Orçamento para 2020 é efetivamente um plano base de gestão corrente, que não mostra objetivos de crescimento para o município, não promove coesão territorial, não procura melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. É inclusivamente um passo atrás em anunciadas medidas de investimento, como seja a valorização da frente marítima de Santa Cruz, a construção do Mercado Municipal e a construção do pavilhão na escola do Cabouco, posto isso os deputados municipais do PSD votam contra o referido documento.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que poderia rebater todos os pontos da declaração de voto apresentada, mas disse que é uma opinião, não esperava outra reação senão esta, dada a natureza política dos documentos apresentados. Lamentou que

no período do direito de consulta prévia, referente aos documentos da anteproposta do Plano e Orçamento para 2020, em que foram consultados, de acordo com o estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição, não tivessem apresentado nenhuma ideia ou proposta à Câmara Municipal, de forma a ser incluída no Orçamento e Grandes Opções do Plano e, assim, contrariar o que apresentaram na declaração de voto. Destacou, que no futuro devem de ter em consideração o período do direito de consulta prévia e fazer chegar as suas propostas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu a palavra, em defesa de honra, passando-lhe a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, deu boa noite a todos e referiu que não pode deixar de comentar as declarações da Senhora Presidente da Câmara Municipal porque está em causa, em seu entender, a sua defesa de honra. Expôs que a Senhora Presidente da Câmara Municipal acusou a Oposição de não apresentar nenhuma ideia ou proposta à Câmara Municipal, no período do direito de consulta prévia aos documentos da anteproposta para 2020, mas esqueceu-se que esta mesma equipa apresentou propostas para os orçamentos de 2018 e 2019 e foram ignoradas. Este ano, optaram por não apresentar, uma vez que o seu trabalho apresentado em anos anteriores foi ignorado. Concluiu expondo que se hoje o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, não obteve o contributo do PSD - Partido Social Democrata foi porque em outros anos teve e não foi valorizado.

PONTO N.º 3 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, apresentada em reunião Camarária de 29 de outubro de 2019, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, deu boa noite a todos e informou a razão de ser presente, este ano, o acordo de execução com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Expôs que o ano passado, após reunião com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, no âmbito da descentralização de competências, foi negociado e celebrado um novo acordo de execução. A Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário aceitou a limpeza de várias Canadas, mas decorrido um ano, atendendo à falta de meios humanos e de maquinaria e também por ser uma área muito complexa, solicitou a alteração do acordo de execução, passando para a competência da Câmara Municipal a limpezas das Canadas daquela Freguesia, com exceção das Canadas mais próximas da Freguesia, nomeadamente, a Canada da Freira e a Canada das Terras de Dentro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

1.º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de autorização para a contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, até ao montante máximo de 350.000,00 €, com o prazo de amortização de um ano, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2020, apresentado em reuniões Camarárias de 4 e 29 de outubro de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

1.º Autorizar a Câmara Municipal a contrair, em 2020, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2020;

2.º Autorizar a contratação deste financiamento junto do Millennium BCP, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses, acrescida do spread 0,25%;

3.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2020:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2020, apresentada em reunião Camarária de 29 de outubro de 2019, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, expôs que a proposta do Mapa de Pessoal, ora apresentada, reflete a alteração que foi aprovada no passado mês de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e

cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2020, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, apresentada em reunião Camarária de 29 de outubro de 2019, na qual foi deliberado:

1.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que não resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados e que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

2.º Na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos, conforme informação apresentada;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta para atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, apresentada em reunião Camarária de 29 de outubro de 2019, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação.

Esta despesa de representação, concretamente no valor de 194,79 €, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria 1153-C/2008, de 31 de dezembro.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dezoito de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e um voto do membro do PSD, Ruben Cabral, e quatro abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA EIRSU, EIM, S.A.:

Pela Câmara Municipal foi presente a Proposta de Dissolução e Liquidação da EIRSU, EIM, S.A., apresentada em reunião Camarária de 29 de novembro de 2019, acompanhada do ofício n.º 27 da EIRSU, EIM, S.A., de 14 de novembro do corrente ano, bem como cópia da ata n.º 29 da Assembleia Geral da EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM, S.A. e o Balanço Individual, em 31 de outubro de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

1.º Que se proceda à extinção da EIRSU, EIM, S.A., – com a definição dos termos da liquidação do respetivo património -, nos termos descritos na proposta, seguindo-se os legais e regulares termos, formais e registrais, até ao seu definitivo encerramento, tudo ao abrigo do disposto no Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e Liquidação de Entidades

Comerciais, cfr artigo 62.º, n.º 4, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, por remissão do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e, subsequentemente, informar o Tribunal de Contas do estado do processo e dar imediata execução da decisão;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA - ALTERAÇÕES À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alterações à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, apresentada em reunião Camarária de 29 de novembro de 2019, que abaixo se transcreve:

“Considerando que a Assembleia Municipal, em suas sessões de 4 de dezembro de 2018 e 26 de fevereiro de 2019, aprovou a introdução do campo Observação no Capítulo IV, a alteração do n.º 10 do artigo 6.º e a 10.ª e 12.ª Observação do Capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, conforme editais datados em 5 de dezembro de 2018 e 27 de fevereiro de 2019, propõe-se para o ano de 2020, a prorrogação daquelas alterações à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores.

Assim:

CAPÍTULO IV

SECÇÃO I – OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO - LICENÇAS

Artigo 4.º

Ocupação do espaço aéreo da via pública

...

OBSERVAÇÕES

Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2020, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal, desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa, das ocupações referidas no n.º 1 e n.º 2 do presente artigo beneficiam das seguintes isenções e reduções:

Componente indexada à área de ocupação – isenção

Componente indexada ao tempo de ocupação – redução de 50%.

Artigo 6.º

Ocupações diversas

...

10. Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2020, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal, previsto nos pontos 1, 2, 6 e 7 beneficiam de uma redução de 50% das taxas.

CAPÍTULO VI

PUBLICIDADE – LICENÇAS

OBSERVAÇÕES

...

10.^a Quando o respetivo pagamento não for efetuado durante o mês de janeiro, o mesmo será acrescido de um agravamento de 50%.

...

12.^a Beneficiam de uma redução de 50% das taxas referidas no Capítulo VI os dizeres que resultam de imposição legal, os anúncios destinados à identificação e localização de sociedades comerciais e empresas desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução dos seguintes assuntos:

- Proposta - 2.^a Alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores;
- Proposta - 1.^a Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais Município de Lagoa – Açores;
- Proposta – Anexação e desanexação de parcelas de terreno e afetação e desafetação do domínio público / privado da Autarquia;
- 4.^a Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

PROPOSTA - 2.^a ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:

Foi presente a proposta da 2.^a Alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, a qual foi publicada no Diário da República, 2.^a Série, n.º 199, de 16 de outubro de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a proposta da 2.ª Alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPOSTA - 1.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente a proposta da 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais Município de Lagoa – Açores, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 199, de 16 de outubro de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a proposta da 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPOSTA – ANEXAÇÃO E DESANEXAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO E AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO / PRIVADO DA AUTARQUIA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre anexação e desanexação de parcelas de terreno e afetação e desafetação do domínio público / privado da Autarquia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número

1.

Pretende-se obter, após as necessárias anexações, desanexações e desafetações/ afetações para o domínio privado e público, respetivamente:

1. Eliminação do acesso a norte da Avenida do Mar, com a consequente afetação da sua área no prédio a);

2. Um prédio único (resultante da anexação das áreas dos prédios melhor identificados em a) - à exceção da área que passará a integrar o domínio público municipal -, + b) + c) supra, que passará a ter a área de 14.754,0 m², conforme melhor identificado em planta n.º 4;
3. Uma área de domínio público, com a área de 710,0 m², a sul/poente do prédio a) que será destinada a parque de estacionamento público;
4. Uma área de domínio público, com 2.903,0 m² - a sul do prédio a), destinada a via pública - Avenida do Mar, tal como existe na prática;
5. Uma área de domínio público, com 9.013,0 m², a sul da avenida do Mar e que confronta com a barrocas do mar, como é sua natureza e atual fim/destino.

Tudo conforme configurações físicas e melhor consta das plantas n.º 03 e 04 em anexo à proposta.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada, sobre anexação e desanexação de parcelas de terreno e afetação e desafetação do domínio público / privado da Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

Pela Câmara Municipal foi presente a 4.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Anulações

Receitas de Capital

120602 – Sociedade Financeiras – 292.495€

Despesas de Capital

07010601 – Obra n.º 8/I/2019 – Recolha Seletiva de Resíduos do Concelho de Lagoa – 79.999€

07010401 - Obra n.º 10/I/2019 – Construção de Rampa de Varagem no Portinho de S. Pedro – 12.499€

070101 – Obra n.º 7/I/2019 – Aquisição de Terrenos – 80.000€

07010401 – Obra n.º 2/I/2019 – Parque de Estacionamento Boqueirão – 9.999€

07010401 – Obra n.º 11/I/2019 – Requalificação do Parque de estacionamento Rua António Moniz Barreto – 49.999€

07010202 – Obra n.º 5/I/2019 – Aquisição Casa do Portinho de S. Pedro – 29.999€

07011003 – Obra n.º 30/I/2016 - Eficiência Energética dos Edifícios e Infraestruturas Municipais – 30.000€.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com dezoito votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e desejou um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, repleto de muita saúde e paz.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezanove horas e vinte e cinco minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
